Disciplina: Redes Neurais e Aprendizado Profundo

Profa. Sílvia Grasiella Moreira Almeida

Data: Agosto/Setembro de 2023.

Data de entrega: 16 de outubro de 2023.

Valor: 30% do total





Descrição

A atividade baseia-se em explorar os diversos meandros existentes em processos judiciais, nos quais os sistemas de Inteligência Artificial estão envolvidos de alguma forma.

Vamos explorar neste momento a contratação de peritos para entrega de laudos técnicos.

O perito é chamado pela Justiça para oferecer laudos técnicos em processos judiciais, nos quais podem estar envolvidos pessoas físicas, jurídicas e órgãos públicos. O laudo técnico é escrito e assinado pessoalmente pelo perito e passa a ser uma das peças (prova) que compõem um processo judicial.

Ao perito são enviadas perguntas das partes envolvidas. Ele deve responder e fazer seu laudo baseando-se nestas perguntas.

Cada um de vocês terá um papel na construção da peça de laudo técnico a ser entregue.

- Papel 1: Contratado pelo advogado do autor para realizar 10 perguntas ao perito.
- Papel 2: Contratado pelo advogado do réu para realizar 10 perguntas ao perito.
- Papel 3: Perito gerar o relatório a partir das perguntas.

Formato do trabalho

O trabalho será em trios. Mantive os mesmos que vocês me indicaram.

Grupo 1 - Ivanete, Fernando, Dionízio.

Problema que levou ao processo judicial:

Um paciente realizou um exame de ressonância baseado em sistema de visão computacional e uma doença X foi identificada. A partir do diagnóstico dado por este sistema, foi realizado o tratamento desta doença X. Entretanto, o paciente veio a óbito 2 meses após o início do tratamento.

A partir de exames clínicos do paciente, que foram realizados durante o tratamento, a família consultou outros especialistas, que identificaram que o paciente não tinha a doença X, mas a doença Y, que possui um tratamento completamente distinto do que foi realizado.

Assim, a família do paciente que veio a óbito entrou com um processo na justiça, no qual solicita indenização da clínica que realizou o exame (imagem e laudo técnico são emitidos pela clínica), visto que o paciente teve um tratamento, por 2 meses, de forma inadequada, o que pode ter sido o motivo ou ter aumentando a chance de ser o motivo do seu óbito.

Ivanete - Papel 1 - acusa a clínica

Fernando - Papel 2 - defende a clínica

Dionízio - Papel 3 - responde às perguntas

Grupo 2 - Marco, Pâmela, Arthur

Problema que levou ao processo(neste caso não judicial ainda):

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 07 de dezembro de 1976 pela Lei nº 6.385, com o objetivo de disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. É uma entidade autárquica, em regime especial, vinculada ao Ministério da Economia.

A CVM identificou uma possível fraude com relação ao uso de um sistema de inteligência pela empresa ABC, que é capaz de prever a volatilidade da bolsa de valores no Brasil com uma taxa de acerto de 98%. Ela solicitou um laudo para a corretora que utilizou este sistema. Prove para a CVM que não houve quebra ética no uso do sistema.

Pâmela: Papel 1 - defende a corretora Arthur: Papel 2 - acusa a corretora Marco: Papel 3 - responde às perguntas

Grupo 3 - Thiago, Bruno, Joelma

Problema que levou ao processo judicial:

Uma pessoa assassinou outra e há provas testemunhais e visuais deste assassinato. Para que o assassino seja tratado e encaminhado à Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta deste, em outro estabelecimento adequado (art. 96 do Código Penal), a família do réu alega que ele sofre depressão psicótica, o que foi corroborado pelo psiquiatra, que teve como apoio para o diagnóstico 2 sistemas especialistas de inteligência artificial.

Thiago: Papel 1 - defende que o assassino possui a doença relatada. Joelma: Papel 2 - defende que o assassino não possui a doença relatada.

Bruno: Papel 3 - responde às perguntas.

Grupo 4 - Christhian, Alexandre, Cleverson

Problema que levou ao processo judicial:

Uma empresa cliente de um banco teve um valor considerável transferido para uma conta de forma errada, para pagamento de um serviço, após o sistema de comando de voz entender incorretamente a ação de transferência.

Por causa disto, o serviço não foi pago na data estipulada em contrato e a empresa teve que pagar uma multa ao prestador de serviço para evitar que fosse negativada. A empresa conseguiu o valor transferido de volta, por meio da própria intervenção do banco, mas a multa acabou sendo paga e o banco nega-se a assumir este pagamento. A empresa foi à justiça contra o banco para ser ressarcida do valor da multa e solicitando danos morais relacionados ao fato de ter corrido o risco de ser negativada.

Christian: Papel 1 - defende a empresa. Cleverson: Papel 2 - defende o banco. Alexandre: Papel 3 - responde às perguntas.

Link para um laudo técnico utilizado em Processo Trabalhista

A seguir envio um link utilizado em um processo real de laudo técnico. No caso, um processo trabalhista. Procurei apenas preservar os dados dos envolvidos, com tarjas pretas quando os nomes eram citados.

Busquei manter o máximo de dados reais, retirando o nome do escritório de laudos também.

https://drive.google.com/file/d/1yTACLAIgHHrpEL 8t84u7N SIaUhmEf /view?usp=sharing